

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

15 mar 2017 | O Globo | CHICO OTAVIO, JULIANA CASTRO MARCO GRILLO opais@oglobo.com.br

# Propinas da gestão Cabral também no metrô

## Operação da PF e do MPF revela esquema de corrupção na secretaria de Transportes e na Rioltrilhos

Diretor da Rioltrilhos e subsecretário de Transportes de Sérgio Cabral faziam parte, segundo o MP, de esquema de corrupção. As investigações sobre a corrupção na contratação de obras públicas no governo do Rio chegaram ontem à secretaria estadual de Transportes e ao maior projeto executado pelo ex-governador Sérgio Cabral: a Linha 4 do metrô, que liga Ipanema, na Zona Sul, à Barra da Tijuca, na Zona Oeste.



PABLO JACOB

**Fora do trilho. Operação Tolypeutes, da Polícia Federal, revelou cobrança de propinas e subcontratações fraudulentas nas obras da linha 4 do metrô no Rio**

Dois funcionários que atuaram no empreendimento foram presos preventivamente, acusados de receber propina: Luiz Carlos Velloso, ex-subsecretário de Transportes — atualmente, exercendo a mesma função na Secretaria de Turismo de Luiz Fernando Pezão — e o diretor de Engenharia da Rioltrilhos, Heitor Lopes de Sousa Júnior. A ação foi batizada de "Tolypeutes", em referência ao equipamento "Tatuzão", máquina usada nas escavações.

O Ministério Público Federal (MPF) aponta que o esquema atuava em duas frentes: recebimento em dinheiro vivo de empreiteiras que executavam a obra e contratação, pelo consórcio, de empresas ligadas aos acusados. Um acordo de leniência firmado pela Carioca Engenharia com o MPF revela pagamentos da construtora e das empreiteiras Odebrecht e Queiroz Galvão.

Além das prisões, sete pessoas foram levadas coercitivamente para depor — o irmão, a mulher e a ex-mulher de Velloso incluídos. Ao todo, o MPF pediu o bloqueio de até R\$ 227,3 milhões de empresas e pessoas supostamente envolvidas nos desvios.

Segundo o depoimento da diretora comercial da Carioca Engenharia, Luciana Parente, a construtora pagava a Lopes e a Velloso, em dinheiro vivo, entre 0,125% e 0,25% dos valores recebidos do governo. O projeto foi tocado pela Secretaria de Transportes, e a Rioltrilhos era responsável por fiscalizar o andamento e determinar os pagamentos às empresas. Luciana não soube precisar quanto havia sido entregue a cada um deles.

**SUBCONTRATAÇÃO LUCRATIVA** Além dos valores pagos diretamente, o esquema também funcionava por meio de contratações em camadas, até que o dinheiro chegasse aos beneficiários finais. O consórcio, pago pelo

governo estadual, contratava empresas de engenharia para tarefas específicas da obra, que, por sua vez, assinavam contratos com firmas ligadas aos acusados.

Para exemplificar o método, os procuradores mostram que Lopes recebeu, via Arqline Arquitetura e Consultoria, da qual é sócio, R\$ 5,4 milhões em supostos pagamentos ilícitos das empresas CBPO Engenharia, que pertence ao Grupo Odebrecht, e MC Link Engenharia. Após ser contratada pelo consórcio para realizar o projeto executivo de um trecho da obra, a MC Link subcontratou, por R\$ 5,3 milhões, a Arqline. Os pagamentos aconteceram entre 2010 e 2013. Os investigadores sustentam ainda que Lopes influenciou as negociações para a assinatura de um aditivo de R\$ 268 milhões ao contrato entre a Riotrilhos e a CBPO para a expansão da estação General Osório, em Ipanema.

“Além de ser responsável por manter, durante anos, um esquema criminoso de desvio de verbas públicas, inclusive federais, a investigação perfilou que a organização criminosa capitaneada por Sérgio Cabral continua em plena atividade, possuindo ramificação dentro da Riotrilhos na pessoa de Heitor Lopes de Sousa Júnior”, escreveram os procuradores.

**RENDA INCOMPATÍVEL** Em relação a Velloso, o pedido de prisão não explicita quanto foi pago em propina, mas afirma que ele “ostenta movimentação financeira manifestamente incompatível com a renda por ele declarada”. Dois funcionários da Carioca Engenharia afirmam que pagaram ou presenciaram a entrega de dinheiro vivo para ele, sem citar as quantias envolvidas.

“Em relação às obras do Metrô Linha 4, as vantagens indevidas pagas a representantes do governo do estado foram destinadas à Secretaria de Transportes do estado do Rio de Janeiro e à Riotrilhos; que na secretaria de Transportes, os valores eram pagos a Luiz Carlos Velloso”, afirmou, em depoimento, a diretora comercial da Carioca Engenharia, Luciana Parente, revelando que as quantias eram entregues na sede da construtora, em São Cristóvão.



Em nota, a Secretaria estadual de Turismo afirmou que Velloso exerce a função desde janeiro de 2015 com “lealdade e competência”. Já a a Riotrilhos afirmou que “desconhece o teor das acusações e se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos”. A presidente da Riotrilhos foi procurada por e-mail, mas não respondeu às perguntas. Os advogados dos acusados não foram encontrados.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)